



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000323364

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0021044-80.2007.8.26.0309, da Comarca de Jundiaí, em que é apelante MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, são apelados RAQUEL RIBEIRO NITSCH MEDEIROS MARTIGNAGO e RIBEIRO & RIBEIRO FORNEC MAO DE OBRA RECRUT E SEL PESSOAL.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 14ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores REZENDE SILVEIRA (Presidente) E WALTER BARONE.

São Paulo, 1º de abril de 2025.

OCTAVIO MACHADO DE BARROS

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Voto 37.803.

Apelação nº 0021044-80.2007.8.26.0309.

Apelante: Prefeitura Municipal de Jundiaí.

**Apelado: Ribeiro & Ribeiro Fornec Mão de Obra Recrut e Sel
Pessoal Ltda e outros.**

APELAÇÃO – EXECUÇÃO FISCAL – Objeção prévia de executividade – ISSQN – Exercícios de 2004 a 2006 – Ocorrência de prescrição intercorrente – Decurso de mais de seis (6) anos ininterruptos desde a ciência da Municipalidade da não localização do devedor e de seus bens até a prolação da sentença – Interpretação do art. 40, da LEF – Entendimento prevalente do STJ no REsp 1.340.553/RS, submetido à sistemática dos arts. 1.036 e segts., do CPC – Sentença confirmada. Recurso desprovido.

Apelação contra sentença que acolheu objeção prévia de executividade e extinguiu a execução fiscal¹ ajuizada para a cobrança do ISSQN dos exercícios de 2004 a 2006, com fulcro nos arts. 924, inciso V, e 487, inciso II, ambos do CPC, tendo em vista o reconhecimento da prescrição intercorrente, sem condenar as partes em honorários de sucumbência diante da tese fixada no Tema 1.228, do STJ. Inconformada, a apelante alega que não houve inércia de sua parte, nem suspensão do feito pelo art. 40, da LEF, a afastar o reconhecimento da prescrição intercorrente, sobretudo porque não houve lapso temporal superior a 5 anos entre qualquer dos andamentos processuais. Recurso recebido em seus regulares efeitos, com o oferecimento de resposta.

Relatado.

O recurso não comporta provimento.

Com efeito, aplica-se o disposto no art. 174, inciso I,

¹ Valor da execução fiscal em junho de 2007: R\$ 37.537,02.

do CTN, na redação dada pela LC nº 118, de 09/06/2005, operando-se a interrupção do prazo prescricional pelo despacho ordenatório de citação em 03/07/2007, com a ciência da municipalidade da não localização do devedor e de seus bens em junho de 2007 (fls. 14), sobrevivendo o comparecimento espontâneo do executado em 10/07/2023 e prolação da sentença em 04/11/2024, consumando-se irremediavelmente a prescrição intercorrente.

Consoante entendimento conferido pelo Superior Tribunal de Justiça ao artigo 40, da LEF, expresso no julgamento do REsp nº 1.340.553/RS e submetido à sistemática dos recursos repetitivos (CPC, art. 1.036), a contagem da prescrição intercorrente tem início com o decurso do prazo legal de suspensão por um (1) ano, *no primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça (caput do art. 40)*. Findo o período de suspensão, começa imediatamente o lapso de cinco (5) anos para a extinção do crédito tributário (CTN, artigo 174). Portanto, escoado o período de seis (6) anos consecutivos, sendo um (1) ano de suspensão e cinco (5) anos de arquivamento do feito, impõe-se o reconhecimento da prescrição intercorrente, mesmo que de ofício, em consonância com o entendimento do STJ, expresso no REsp 1340553/RS, que assim proclama:

4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha

sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão iniciasse automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). (REsp 1340553/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/09/2018, DJe 16/10/2018).

No caso, entre a ciência da Municipalidade da não

localização do devedor e de seus bens e a sentença extintiva decorreu transcurso de tempo superior a 6 anos, razão pela qual deve ser reconhecida a prescrição, de modo que se impõe o reconhecimento da prescrição intercorrente, sem que a mera alegação de que não foi desidiosa afaste a responsabilidade pelo impulso processual, tampouco desconstitua o prazo extintivo do crédito tributário, até porque, o processo não fica eternamente à disposição das partes, pois o Estado tem o dever constitucional de desenvolver a relação processual e solucionar o litígio em tempo razoável (CF, art. 5º, LXXVIII – a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação – acrescentado pela EC 45, de 08/12/2004), ainda mais em se tratando de execução forçada, cuja natureza é apenas satisfativa.

Daí porque, **nega-se provimento** ao recurso.

OCTAVIO MACHADO DE BARROS

Relator